



1 **Ata da Sessão Ordinária do Conselho Pleno da Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional**
2 **Tocantins – Triênio 2016/2018**

3 (1ª Sessão Ordinária)

4
5 **Data:** 25 de fevereiro de 2016, 14h00.
6 **Local:** Sede do Conselho Seccional da OAB/TO
7 Quadra 201 Norte, Conjunto II, Lotes 1 e 2, Palmas – TO
8 CNPJ: 25.086.752/0001-48
9

10 Aos vinte e cinco dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezesseis (25/02/2016), na sede da Ordem
11 dos Advogados do Brasil, Seccional do Tocantins (OAB/TO), após terem sido previamente convocados,
12 reuniram-se os membros da OAB/TO eleitos para o exercício do triênio 2016/2018 (dois mil e dezesseis a
13 dois mil e dezoito): **Diretoria: Presidente** - Walter Ohofugi Junior, OAB/TO nº 392; Vice-Presidente –
14 Lucélia Maria Sabino Rodrigues, OAB/TO nº 1.439; Secretário-Geral – Célio Henrique Magalhães Rocha,
15 OAB/TO nº 3.115; Secretária-Geral Adjunta – Graziela Tavares de Souza Reis, OAB/TO nº 1.801 e; Diretor-
16 Tesoureiro – Ildo João Cótica Júnior, OAB/TO nº 2.298. **Conselheiro nato:** Luciano Ayres da Silva.
17 **Presidente da CAATO:** Flávio de Faria Leão. **Conselheiros Federais:** Adilar Daltoé; Solano Donato
18 Damascena; Pedro Donizete Biazotto. **Conselheiros Estaduais Titulares:** Edson Paulo Lins Junior,
19 OAB/TO nº 2.901; Carlene Lopes Cirqueira Marinho, OAB/TO nº 4.029; Fábio Wazilewski, OAB/TO nº
20 2.000; Flaviana Magna de Sousa Rocha, OAB/TO nº 2.268; Seilane Parente Nolasco, OAB/TO nº 1.364;
21 Elaine Ayres Barros, OAB/TO nº 2.402; Hellen Cristina Peres da Silva, OAB/TO nº 2.510; Patrícia Pereira
22 Barreto, OAB/TO nº 2.090; Francisco José Sousa Borges, OAB/TO nº 413; Luiz Renato de Campos
23 Provenzano, OAB/TO nº 4.876; Eduardo Nelson Luis Chaves Franco, OAB/TO nº 2.557; Willian de Borba,
24 OAB/TO nº 2.604; Carlos Francisco Xavier, OAB/TO nº 1.622; Maria Edilene Monteiro Ramos, OAB/TO nº
25 1.753; Aleksander Ogawa da Silva Ribeiro, OAB/TO nº 2.549; Meire Aparecida de Castro Lopes, OAB/TO nº
26 3.716; Adriana Maia de Oliveira, OAB/TO nº 3.808; Agripina Moreira, OAB/TO nº 4.112; Priscila Costa
27 Martins, OAB/TO nº 4.413; Silvany Neves Avelino de Souza, OAB/TO nº 1.302; Elisangela Mesquita Sousa,
28 OAB/TO nº 2.250; Eunice Ferreira de Sousa Kuhn, OAB/TO nº 529 e Annete Diane Riveros Lima, OAB/TO
29 nº 3.066. **Conselheiros Estaduais Suplentes:** Camila Moreira Portilho; Ludimylla Melo Carvalho, Rita de
30 Cássia Vattimo Rocha; Paula Beatriz Teixeira de S. Campos; Buenã Porto Salgado; Andrey de Souza
31 Pereira, Maurílio Pinheiro Câmara Filho. **Ausências justificadas:** Antonio César Mello, OAB/TO nº 1.423;
32 Agripina Moreira, OAB/TO nº 4.112; Elfas Cavalcante Lustosa Aragão Elvas, OAB/TO nº 4.096. **Presidente**
33 **de Subseção:** Albery Cesar Oliveira. O presidente abriu a sessão, falando do momento histórico de
34 representatividade feminina diferenciada em uma primeira reunião de conselho. Convidou os conselheiros
35 federais e seus suplentes, para comporem a mesa, e em seguida, parabenizou os aniversariantes do mês.
36 Em seguida, palavra dada ao Secretário-Geral, Célio Henrique Rocha, que ponderou sobre a necessidade
37 das inscrições e rogando por objetividade, considerando a extensão da pauta, estipulando 3 minutos para
38 as falas. Primeiro ponto da pauta, as alterações e registros de sociedades. Registro de sociedade individual
39 do colega Milton Félix do Nascimento. O segundo processo, interessado Dr. Giovani Moura Rodrigues,
40 também deferido. O terceiro item, Angely Bernardo de Souza, também deferido o registro. Loyanna Caroline
41 Lime Leão Vieira, também deferido. Darlene Coelho da Luz, deferido o registro. Abílio Rodrigues de
42 Oliveira Bisneto, deferido o registro. Pablo Araújo Macedo, deferido o registro. Em seguida, passados aos
43 pedidos de registro de sociedades simples, então deferidos: Dr. Allander Moreschi e Vinícius Lipczynski;
44 Jonathas Eduardo da Silva (Silva Mascarenhas Advogados); Morais e Ferreira advogados associados,
45 todos deferidos. Em seguida, pedido de averbação de contrato de parceria, Amorim e Amorim Advogados
46 Associados; Pedido de distrato de sociedade simples, NS – Neves Advogados Associados, deferida a
47 extinção da sociedade; pedido de alteração de quadro societário, com abstenção do presidente, Ohofugi,



1 Azevedo, Venâncio e Bonilha e Advogados Associados S/C, então deferido. O Secretário apresenta então
2 sugestão do calendário para realização das Sessões do Conselho Seccional nas seguintes datas:
3 18/03/2016, 29/04/2016, 20/05/2016, 24/06/2016, 12/08/2016, 16/09/2016, 21/10/2016, 18/11/2016, e
4 16/12/2016. Pondera que depois as comissões irão se adequar a ele. Em seguida, acerca do calendário, o
5 conselheiro Fábio Wazilewisk manifestou-se sobre o feriado do dia 20/05/2016. Dr. Albery ponderou que o
6 calendário está adequado. Dra. Ludmylla Mello ponderou que os calendários das comissões poderiam ser
7 unificados. Em relação ao feriado de maio, ponderou que dia 13 se apresentou mais viável. O Conselheiro
8 Lins Jr pondera que o feriado é municipal, podendo manter a reunião. Ponderou-se pela itinerância na
9 reunião do conselho. O Secretário ponderou que colocaria em votação na sessão de março, definindo-se
10 que será em Araguaína, mantendo-se a data de 20/05/16. E foi sugerida a data de 11/08/16 uma outra
11 reunião itinerante. O próximo item, a posse dos membros do Tribunal de Ética, foi retirada da pauta,
12 considerando a absorção de terço dos membros e considerando uma série de discrepâncias regimentais
13 com o novo Código de Ética, o que será ainda deliberado pela diretoria. O Conselheiro Edson Lins, pondera
14 que talvez seja válida a designação de uma sessão extraordinária, antes da próxima sessão. O Secretário
15 pondera que será levado um parecer e uma proposta do Tribunal de Ética, com comunicação prévia e
16 certamente, será designada uma sessão extraordinária, com prévia e maciça divulgação. O Conselheiro
17 Edson Lins ainda pondera sobre o acesso a uma ata sigilosa do TED, pedindo que a ata do pleno seja
18 diferenciada da ata do TED, considerando sua característica inexorável de sigilo. O Secretário pondera que
19 a ata tem que ser única, já que é uma única sessão, todavia, pondera que será requerida a supressão dos
20 processos éticos para a publicidade das atas. O Presidente apresenta o gerente financeiro, Adail Saldanha,
21 aos presentes, detalhando suas funções e a preocupação com a gestão organizada contabilmente.
22 Informou sobre a presença da auditoria do Conselho Federal. Sem seguida, o Sr. Adail realizou a
23 apresentação do balanço do exercício de 2015 e balancete de 01 a 31 de janeiro de 2016. Apresentou os
24 restos a pagar 2014 e 2015, com levantamentos em 08.01.16 e 03.02.16. Falou sobre uma multa por
25 desmatamento irregular do IBAMA – no valor de R\$ 140.000,00 – contra a Seccional Tocantins e ainda
26 sobre pagamentos parcelados junto ao INSS não pagos – 34 parcelas que montam aproximadamente R\$
27 137.000,00. Tais valores também devem ser incluídos nos restos a pagar, que deverão ser honrados por
28 essa gestão. Apresentou os destaques da auditoria realizada pelo CFOAB. Pondera-se que tal auditoria
29 refere-se à gestão anterior e que nos interessa por seus inequívocos reflexos na gestão atual. Dr. Rodrigo
30 Coelho pediu a palavra, ponderando que essas planilhas vinham sendo tratadas de modo que os
31 compromissos eram assumidos por um fluxo de caixa negativo, assumidas as obrigações para depois se
32 pagar os débitos. O que o Sr. Adail pondera, segundo Dr. Rodrigo Coelho, que inverterá essa lógica, com
33 vistas a permitir um fluxo de caixa positivo. Pondera que conste da ata que as despesas recebidas em
34 31.12.2015 constam de R\$ 716.000,00 (setecentos e dezesseis mil reais). Em seguida, o tesoureiro fala
35 que não podemos contar com esse crédito superestimado e ainda pondera que essa conta demanda uma
36 postura radical da tesouraria, apresentando cálculos razoáveis que indicam a necessidade de se
37 economizar. O tesoureiro ainda confirmou a boa vontade dos presidentes das subseções para se
38 economizar com água, luz e etc, ponderando pela austeridade nas despesas da ordem, tendo que realizar
39 muitos cortes. Já ponderou que o baile do Rubi será realizado com convites participativos, e que usaremos
40 a criatividade nesse momento de crise, de modo a melhorar esse panorama, inclusive, com medidas que
41 visem medidas contra a inadimplência. Dr. William Borba, conselheiro, destacou a capacidade do Sr. Adail,
42 de colocar todas as despesas e receitas em planilhas de excel, ponderando pela positiva escolha do nome
43 dele e do nome do Tesoureiro, pela qualidade e retidão dos colegas que tentarão recuperar a saúde
44 financeira da OAB/TO, valorando medidas como o uso da própria caneta e do próprio adaptador. Em
45 seguida, Dr. Buenã pede a palavra, e pondera sobre sua análise sobre os restos a pagar, afirmando que
46 novos débitos surpreenderão a gestão em fevereiro, que impactarão sensivelmente a gestão, ponderando
47 que deve ser até votado o que será pago, sob pena de se inviabilizar a gestão. O Sr. Adail pondera que as



1 campanhas em rede social têm surtido efeito e que nossa arrecadação em janeiro de 2016 foi a maior
2 desde 2012, o que é muito positivo. Afirma que montaram um fluxo de caixa previsto, vinculado ao novo
3 orçamento, prevendo um ataque maciço na cobrança, com vistas a viabilizar a nossa gestão, tentando
4 liquidar os restos a pagar de forma mais rápida o possível. Valores expressivos têm sido negociados em um
5 esforço para se mudar essa realidade financeira nada confortável, afirmando que ainda “voaremos em céu
6 de brigadeiro”. A palavra agora ao Secretário, que esclarece que o tesoureiro e o Sr. Adail vêm
7 desenvolvendo um trabalho de transparência, conforme compromisso de campanha, e da mesma forma,
8 haverá esse compromisso de transparência com os balancetes, que serão entregues aos conselheiros e
9 conselheiras com antecedência e com bastante ciência poderão deliberar aprovando-os ou não. Pede
10 paciência acerca dos eventos, que serão adequados á realidade orçamentária. Informa que o computador
11 do Presidente será encaminhado à Cristalândia e que medidas de recuperação de crédito estão sendo
12 elaboradas. O tesoureiro complementa a fala ponderando sobre o interesse de se elevar o subsídio. O
13 Conselheiro Edson Lins, pondera que eventuais requerimentos não atendidos sejam fundamentados
14 indicando a falta de verba para atendê-los, mas, que sejam respondidos. Pondera pela não negligência
15 sobre os motivos que não autorizam eventuais deferimentos. O Conselheiro Adilar pede a palavra, saúda a
16 todos e todas e pondera sobre a questão da transparência, afirmando que não deve ficar restrita ao próprio
17 Conselho, razão pela qual pede a transparência on line acerca de todas as despesas e receitas da OAB,
18 afirmando que não se deve ter “atos de fé”, mas sim, dar de fato publicidade às despesas e receitas,
19 ponderando ainda que os restos a pagar deverão ser publicizados da mesma forma, prezando então pela
20 verdade, ponderando pela individualização pelos restos a pagar. Em seguida, a palavra foi dada ao Dr.
21 Rodrigo Coelho, que pondera sobre os processos que o tesoureiro despacha, com os comprovantes e notas
22 de pagamento e sugere a contratação de um sistema que possa digitalizar esses processos e disponibilizar
23 no *site*. O Presidente pondera que estamos com carência de mão de obra, mas que preza pela governança
24 digital e que a situação de disponibilização aqui na ordem é provisória, lembrando que há um projeto nesse
25 sentido, ainda conclamando que quem tiver empresas a indicar ao Sr. Adail nesse sentido, que o faça. Em
26 seguida, a Conselheira Adriana Pereira parabenizou o trabalho do Sr. Adail, ponderando pela importância
27 desse trabalho, e pedindo detalhamento sobre essa multa do IBAMA contra a OAB, sugerindo uma eventual
28 ação declaratória ou ainda, maiores detalhes acerca desse processo. O presidente esclareceu, que se trata
29 de um acordo, TAC, de 2007, não cumprido e com astreintes. Ponderou que foi feito novo parcelamento e
30 que infelizmente não há mais nada a fazer. O tesoureiro ponderou que as astreintes foram retiradas, por
31 esforço e trabalho da Dra. Eliana. O presidente ponderou que extinguirá essa dívida nessa gestão. A
32 Conselheira pediu outros esclarecimentos acerca dos atrasos no pagamento dos títulos de parcelamento do
33 INSS. O Sr. Adail esclareceu, informando que não foi REFIS, e sim, atrasos no pagamento de contas
34 passadas. O tesoureiro ponderou que tiveram muita dificuldade para fazer a troca de assinaturas de
35 gestores perante o Banco do Brasil, o que inclusive, atrasou o cumprimento de pagamentos em rescisão
36 trabalhista. A Conselheira ainda pondera que os apontamentos e títulos da OAB façam constar todos os
37 requisitos dos títulos, preocupação dos cartórios, e pondera ao tesoureiro que seja observada a
38 regularidade desses títulos, rogando por mais critérios na elaboração desses títulos. A conselheira pondera
39 sobre as cautelas e observação de rotinas na administração da OAB para se minimizar o protesto indevido,
40 dando mais segurança a própria ordem e aos colegas que estejam na iminência de ser protestados. A
41 Conselheira Priscila Costa encaminha a proposta de um controle de tempo, o uso de um relógio aparente
42 nas reuniões do Conselho e ainda, sugere um REFIS, como forma de busca dos créditos. Sugere ainda que
43 os conselheiros tragam seus laptops e que não se imprima pautas, e que se use tudo de forma digital. O
44 presidente respondeu sobre o estudo técnico acerca de se implantar o Refis ou não. Ponderou-se que há a
45 possibilidade de parcelamento do débito em 10 x sem juros, já afirmada por portaria. O Conselheiro Fábio
46 sugere um prêmio aos adimplentes, com maior desconto ou vantagens. O Dr. Solano, sugere, sobre o portal
47 da transparência, chamado URBE, certificado pela CGU e TCU e que a ATM está implantando



1 gratuitamente junto aos municípios. O presidente pediu que o Conselheiro Solano providencie junto ao Sr.
2 Adail a sua eventual implantação em benefício da OAB/TO. O Conselheiro Federal Pedro Biazotto ponderou
3 sobre o REFIS e que o CF poderá nos auxiliar se aqui tivermos ações nesse mesmo sentido, tanto para o
4 custeio quanto para o investimento. Pondera sobre a inadimplência e sugere medidas para se superar essa
5 situação. Pondera ainda sobre a proposta da OAB inclusiva, sugerindo que políticas para trazer essas
6 pessoas e não leva-las ao TEC, para incluí-las, sejam providenciadas. Sugere o REFIS, uma vez. A
7 Conselheira Elizângela aduziu que eventuais protestos indevidos poderão gerar danos aos Advogados,
8 razão pela qual sugere tentativas de acordo com os negativados indevidamente, advertindo que a atual
9 gestão deve tomar todas as cautelas, acompanhando a Conselheira Adriana, notificando antes, para que a
10 OAB não tenha prejuízos maiores. O tesoureiro pondera que nessa gestão ainda não houve protesto algum.
11 São casos de protestos realizados pela gestão anterior, afirmando que os acordos só devem ser feitos após
12 a judicialização. A conselheira Elizângela ainda pondera que o advogado não deve ser mal visto por
13 advogar contra a OAB. Dr. Albery pondera que se trata de uma cultura a problemática da inadimplência na
14 OAB e que devemos como lição de casa coibir essa inadimplência. Não concorda com o Dr. Biazotto e
15 afirma que os advogados que não pagam a anuidade são os que mais exigem da OAB, sugerindo a
16 inviabilidade do EPROC aos inadimplentes (indicando ao Tribunal os colegas suspensos e que tenham
17 suspenso também o acesso ao eproc). A Conselheira Eunice toma a palavra desejando muita sabedoria
18 para que saibamos lidar com a OAB nesses três anos, acompanhando o Dr. Biazotto e a Dra. Adriana
19 Pereira, pugnando pela implantação de uma única vez do Refis. Sugere ainda a implantação de um sistema
20 junto ao eproc para os se apurar que advogados de fora terem a sua inscrição suplementar aqui no nosso
21 estado, a partir do momento que já tenham cinco ações ajuizadas aqui. O tesoureiro esclareceu que deve
22 ser denunciado no TED os colegas que atuam aqui sem inscrição suplementar, além dos cinco processos
23 possíveis e que é válido firmarmos convênio com o TJ/ TO nesse sentido. Pondera que o estudo de impacto
24 será feito sobre a reivindicação dos advogados iniciantes para pagarem proporcionalmente. Por questão
25 de ordem, Dr. Adilar Daltoé questiona sobre as deliberações, que o Secretário esclarece que ocorrerão ao
26 final. Com a palavra, o Conselheiro Edson Lins, pondera pelo rigor acerca das inadimplências e defende a
27 notificação prévia de 30 dias para comparecimento na ordem para eventual regularização e propõe que se
28 houver silêncio, que já seja encaminhado para o TED. Em seguida, o Conselheiro Luiz Renato, pondera
29 que no primeiro momento devemos trazer os colegas para a ordem, propondo o recadastramento dos
30 advogados para atualização dos seus dados e depois, partir para a recuperação de créditos. O Dr. Fabrício
31 pondera que a OAB não é instituição de crédito, razão pela qual não pode se valer do SPC. Sobre a
32 recuperação de créditos, serão aplicados apenas juros legais o que ao seu ver não se aplica o REFIS.
33 Pondera que discutir REFIS só com a autorização do CF, afinal é discussão de verba do próprio conselho.
34 Sugere mais um funcionário ou funcionária com a servidora Cássia somente para ligar para os colegas
35 inadimplentes e solicitar a presença da pessoa na OAB, e reitera que acha que o inadimplente deve ser
36 cobrado sim o colega ou a colega inadimplente. O Conselheiro Biazotto ponderou suas razões. Com a
37 palavra, Dr. Maurílio, que pondera que a presidente da Comissão de TI negocia parceria com o TJ acerca
38 do cadastro dos colegas e reitera o posicionamento do Dr. Albery. Colocado em votação o balanço, com a
39 ressalva que não se aprova as contas de 2015, somente o balanço. O presidente da Comissão de
40 Orçamento pede vistas sobre o balanço de 2015 e permanece em votação o balancete. Aprovado o
41 balancete de janeiro de 2016, por unanimidade. Ficarão prejudicadas a análise sobre o REFIS e
42 proporcionalidade das anuidades, por demandarem estudo específico por parte de comissão que será
43 constituída nesse propósito. Aprovado o sistema ou instalação do sistema URBEN. O presidente da
44 Comissão de Contas, Dr. Buená se oferece para cuidar disso, junto com o Dr. Solano e o gerente Adail.
45 Constitui o Conselheiro Maurílio juntamente com a procuradoria de prerrogativas e a comissão de TI para a
46 celebração de eventual Convênio com o TJ para o recadastramento dos advogados e advogadas. Posto em
47 votação, foi aprovado por unanimidade a obrigação de notificação prévia ao protesto. A conselheira Elaine



1 Ayres pondera que a notificação eletrônica não é o ideal, uma vez que não tem aviso de recebimento ou
2 controle dele. Afirma que acompanha o Dr. Biazotto em suas ponderações acerca do plano de recuperação.
3 O presidente Walter afirma que está sendo ajusto um plano de recuperação, com quatro servidores. O
4 secretário pondera que é ato da diretoria, mas, ouviu-se o Conselho nessa tarde, no intuito de se
5 democratizar a discussão, e ponderou-se por maior parcimônia o que será observado. O presidente
6 esclarecer que seja ventilada até uma campanha publicidade pelo pagamento das anuidades. Refluiu-se
7 acerca da votação dos membros do Ted, tendo sido ponderado pela Conselheira Priscila Costa que
8 devemos primar pela agilidade dos trabalhos, razão pela qual, a lista com o nome dos membros do TED
9 deverá ser distribuída aos conselheiros e conselheiras que votarão por sua eventual aprovação. Suspensa a
10 sessão, retornando, para votação os balanços da CAATO de dezembro de 2015. O presidente da CAATO,
11 Flávio Leão, pondera que deverá ser suspensa essa deliberação porque ainda não analisados pela
12 comissão de orçamento e gastos da OAB. In continenti, a apresentação da Dale Carnegie Training.
13 Esclareceu sobre a CAATO, ponderando que o balanço de 2015 e balancete de 2014 serão ainda
14 analisados pela Comissão de Orçamento e Gastos e em seguida serão trazidos para deliberação.
15 Esclareceu sobre o clube, o hotel, o caráter de pré-pagos e ainda acerca de problemas estruturais, já
16 periciados por expert. Ponderou sobre a necessidade de reaparelhamento com móveis e etc, todavia,
17 também imbuído da preocupação com gastos e recursos. Estudando a possibilidade de inclusão de
18 ascendentes no plano. Esclareceu sobre o hotel e clube, ponderando que são pré-pagos e que o
19 reaparelhamento da estrutura, cortinas, moveis, estão sendo providenciados gradativamente, ate pela falta
20 de recursos. Colocou se a disposição de todos os colegas. Retomando a ordem de pauta, foi ponderado
21 que a ordem de inscrição seja observada. Na sequência dos acontecimentos, foi submetido ao crivo do
22 Conselho o parecer concernente à alteração do regimento no que tange aos regramentos das Comissões.
23 O Secretário Geral Célio Henrique informou que o parecer foi encaminhado para todos os Conselheiros via
24 e-mail, e fez a leitura de todas as comissões especiais cuja instituição foi proposta, quais sejam: Comissão
25 da Mulher Advogada (alteração de nomenclatura); Advocacia Correspondente; Assuntos Indígenas, Defesa
26 do Patrimônio Público; Direito Empresarial; Desenvolvimento Regional; Bancário; Eleitoral; Imobiliário;
27 Minerário; Notarial, Tributário; Urbanístico; Família e Sucessões; Diversidade Sexual; Marketing Jurídico;
28 Meios Alternativos de Solução de Conflito; Mobilização e Reforma Política; OAB vai à Escola, Proteção e
29 Defesa dos Animais; Relações Agrárias; Relações Internacionais; Direito Militar; Direito Administrativo;
30 Direito Sindical; Combate ao Caixa Dois nas Campanhas Eleitorais. Iniciado o debate, o Conselheiro Edson
31 Lins Jr. se manifestou no sentido de manutenção do critério de 3 anos de exercício da Advocacia para
32 ocupar a Presidência de Comissão. Acrescentou que compreende que a Comissão de Defesa do
33 Patrimônio Público reúne um escopo muito largo. O Presidente explicou que as competências das aludida
34 Comissão abrigam temas afins, e que poderia haver conflito de competência caso as matérias fossem
35 partilhadas em comissões distintas. O Conselheiro Federal Adilar indagou se a Comissão de Defesa do
36 Patrimônio Público comandará a campanha da Ordem de Combate ao Caixa 2, ou se haveria uma
37 Comissão Temporária pra esse fim. O Presidente expressou que acredita que o mais adequado seja, de
38 fato, uma Comissão Temporária. As Conselheiras Flaviana e Elisângela expressaram que concordam com
39 a aprovação da proposta de redação do § 1º do artigo 35 contida no parecer. A Conselheira Flaviana
40 revelou que algumas subcomissões no interior estariam sendo compostas por membros que se encontram
41 inadimplentes com a Ordem. A Conselheira Elisângela propôs que a Comissão do Direito de Família
42 compreenda também o Direito das Sucessões. O Dr. Fabricio Azevedo prestou esclarecimentos sobre o
43 parecer sobre a alteração das redações. O Tesoureiro Ildo explicou que o critério de tempo compreende
44 critério de simetria e hierarquia com o Conselho Federal. O Conselheiro Luiz Renato ponderou que o critério
45 de 3 anos deveria ser estendido ao Vice, vez que este seria substituto do Presidente. O Presidente
46 esclareceu que os membros de Comissão não são mandatários, de modo que casa haja impedimento do
47 Presidente, este não será necessariamente substituído pelo Vice, ficando sob competência do Presidente



1 da Seccional sua substituição. Colocada em votação a proposta da Conselheira Meire, a mesma foi
2 rejeitada por maioria, com voto favorável da proponente e da Conselheira Anette. O Presidente propôs a
3 criação da Comissão Especial de Notáveis, composta por membros com mínimo de 25 anos de exercício da
4 Advocacia. A proposta foi aprovada por unanimidade. A Conselheira Patricia argumentou que a redução
5 sugerida para o § 1º do artigo 35 do RI afastaria em definitivo das comissões os Advogados condenados
6 por sanções ético-disciplinares. O Conselheiro Federal Adilar propôs que fossem ressalvados os casos de
7 reabilitação. Posta em votação, a proposta foi aprovada por unanimidade. Conselheira Anette propôs que a
8 destituição dos membros de comissão fosse submetida ao referendo do Conselho. A proposta foi rejeitada,
9 por maioria, com ressalva dos votos da proponente e da Conselheira Meire. Com a ressalva da proposta do
10 Conselheiro Adilar, a proposta de alteração regimental foi aprovada. O Advogado Dr. Enil apresentou sobre
11 as condições e vantagens dos planos de previdência da OAB Prev. O próximo item da pauta, foi a atuação
12 da OAB/TO em relação ao auxílio moradia do TCE/TO. O Presidente esclareceu que assim que o TCE/TO
13 decidiu pelo pagamento retroativo de auxílio-moradia, foi designado o Advogado Wylkinson para tratar do
14 tema, havendo este encaminhado Ofício ao Presidente da Corte de Contas, solicitando cópia do respectivo
15 processo administrativo. Informou que, após tratativas com a OAB, o Presidente do TCE/TO decidiu
16 suspender o pagamento do auxílio-moradia e apresentou as cópias do processo administrativo requeridas.
17 Encaminhou proposta de que o tema seja, a partir deste momento, submetido à Comissão de Defesa do
18 Patrimônio Público. O Conselheiro Buenã pontuou que a OAB tem que atuar no sentido de apontar os
19 critérios adequados para concessão do benefício. O Conselheiro Edson registrou que esta concessão de
20 benefício é imoral, e a OAB deverá estudar a questão em relação a outros órgãos, inclusive em relação à
21 Assembleia, MPE e Magistratura. A proposta do Presidente foi aprovada por unanimidade, com a
22 orientação à Comissão de Defesa do Patrimônio Público para que amplie sua análise à situação da
23 Assembleia, MPE e Magistratura. Adentrando ao tema da Saúde no Estado do Tocantins, o Presidente
24 esclareceu que indicou os Conselheiros Seilane e Antônio César Mello para composição do CEMAS, e que
25 estes têm atuado em audiências judiciais e extrajudiciais. Propôs a criação de comissão temporária para
26 acompanhamento da Saúde. A Conselheira Seilane expôs sua atuação, e comentou sobre a gravidade do
27 quadro verificado, e esclareceu que, em audiência judicial realizada perante a Justiça Federal, restou
28 estabelecido que o Estado do Tocantins deverá apresentar em 60 dias um plano de atuação para solução
29 dos problemas da Saúde. O Conselheiro Edson explicitou os problemas enfrentados na região da
30 Araguaína, inclusive pela utilização do sistema estadual de Saúde por usuários de outros Estados,
31 acrescentado que o problema é estrutural e envolve a relação de todos os entes federativos. O Conselheiro
32 Federal Adilar afirmou que o problema da Saúde é mais político do que jurídico, aduzindo que acredita que
33 a judicialização não é a solução para esta questão. Apoiou a criação da Comissão, mas sugere que a Ordem
34 ouça a população. O Conselheiro Fábio sugeriu que a atuação da OAB seja incisiva, se pronunciando sobre
35 o tema, inclusive mediante judicialização se for o caso. Retomando a palavra, a Conselheira Seilane pontuou
36 que durante o prazo determinado pela Justiça Federal, é prudente que a OAB aguarde a apresentação do
37 plano de recuperação por parte do Estado. O Presidente Walter afirmou que Ordem deve se municiar de
38 informações antes de adotar medidas extremas, e propôs encaminhamento no sentido que, caso a ação
39 judicial tenha encaminhamento por intervenção federal no Estado, o Conselho autorize previamente que a
40 Comissão Provisória da Saúde estude a possibilidade de ingressar como *amicus curiae*, ou intervenha de
41 outro modo. A Conselheira Eunice, endossou a manifestação do Conselheiro Fábio, registrou diversos
42 casos de problemas ocorridos na região do Norte do Estado. A Conselheira Flaviana narrou a situação
43 crítica da situação da Saúde em Colinas. A Conselheira Paula Beatriz registrou que a Saúde sofre de
44 problema crônico de má-gestão e falta de adequado planejamento, além dos problemas decorrentes da
45 judicialização da matéria. O Tesoureiro Ildo, aduziu que compreende que, enquanto se aguarda o prazo de
46 60 dias para manifestação do Estado, que a OAB não fique inerte. O Conselheiro Federal Pedro Biazotto
47 endossou as manifestações do Presidente e do Conselheiros Federal Adilar, acrescentando que a



1 judicialização não resolveria a questão, pois o problema é essencialmente de gestão, e sentença judicial
2 não fará o gestor gerir bem. Encerrado o debate restou decidida a criação de Comissão da Comissão
3 Provisória da Saúde, pelo prazo de 1 ano, restando previamente autorizada possível intervenção da
4 OAB/TO no processo judicial em curso perante a Justiça Federal, ressalvada hipótese de intervenção
5 federal a nova deliberação do Conselho. O Tesoureiro Ildo e os Conselheiros Seilane Nolasco, Antônio
6 César Mello, Flaviana, Adriana, Edson Lins Jr., Meire e Alexander Ogawa manifestaram interesse em
7 compor a Comissão Temporária da Saúde. Retornou à pauta a escolha dos membros do Tribunal de Ética e
8 Disciplina da OAB/TO, e restou aprovada a seguinte composição: **Presidente:** Elaine Ayres Barros; **1ª**
9 **Vice-Presidente:** Márcia Caetano de Araújo; **2ª Vice-Presidente:** Murilo Sudré Miranda; **Secretário:** Hugo
10 Barbosa Moura. **Membros titulares:** Jésus Fernandes da Fonseca; Bolívar Camelo Rocha; Murilo Braz
11 Vieira; Sebastião Luiz Vieira Machado; Luiz Tadeu Guardiero Azevedo; Gláucio Henrique Lustosa Maciel;
12 Valdiram Câmara Gomes; João Batista Alves de Figueiredo; Thais Ramos Rocha; Bruno Henrique
13 Mastigum Romanine; Agostinho Gabriel Henrique Rocha; Marcelo Palma Pimenta Furlan; Valéria Lopes
14 Brito; Leandro Finelli Horta Vianna; Paulo Idelano Soares Lima; Genilson Hugo Possoline; Carlos Antônio
15 do Nascimento; Eduardo Calheiros Bigeli. Júlio Solimar Rosa Cavalcante. **Membros suplentes:** Juliana
16 Bezerra de Melo Pereira; Frederico Cezar Abinader Dutra; Agostinho Araújo Rodrigues Júnior; Marcelo
17 César Cordeiro; Plínio Nóbrega Borges da Conceição; Marcos Antônio de Menezes Santos; Bruna Bonilha
18 de Toledo Costa Azevedo; Lidiana Pereira Barros Côvalo; Lindinalvo Lima Luz. O Presidente propôs
19 Moção/Homenagem ao falecido Conselheiro Federal Manoel Bonfim, o que foi aprovado por aclamação. O
20 Tesoureiro Ildo lembrou da valorosa contribuição do Conselheiro Federal Manoel Bonfim para a Advocacia
21 Tocantinense, e propôs um minuto de silêncio em homenagem a sua Memória, o que foi aprovado por
22 aclamação, e realizado na sequência. O Secretário-Geral Célio Henrique informou que se realizará no dia
23 02/03/2016, às 18:00 horas, Audiência Pública para estabelecimento da pauta institucional da OAB/TO em
24 relação à correição do TJ/TO na Comarca de Palmas-TO, entre os dias 29/02/2016 e 18/03/2016. O
25 Presidente propôs que os Conselheiros Xavier e Adriana avaliem a viabilidade de instituir modo de valorizar
26 a atuação dos Magistrados que atuam em conformidade com as prerrogativas da Advocacia. A Conselheira
27 Elaine registrou que o Ouvidor Marcus Moreira receberá por e-mail as demandas concernentes à correição.
28 Convidou os Conselheiros a prestigiarem a palestra do Juiz Marlon Reis, no auditório desta Seccional, e
29 contribuírem para divulgação dos eventos da Comissão da Mulher Advogada no mês março. A Conselheira
30 Priscila Martins discorreu sobre a atuação da Comissão do Direito do Consumidor, inclusive quanto a
31 questão do valor dos combustíveis na capital, pontuando que está sob estudo o procedimento de formação
32 do preço do combustível. Informou que a Comissão do Direito do Consumidor solicitou reunião com
33 representantes do Poder Público, representantes do Sindiposto e das Distribuidoras, e outros interessados
34 para debater o tema. Informou que a Comissão do Direito do Consumidor realizará eventos referentes ao
35 Dia do Consumidor, inclusive palestra e atendimento em Luzimangues. Esgotada a pauta, eu Graziela
36 Tavares de Souza Reis, Secretária-Geral Adjunta da Seccional do Tocantins da Ordem dos Advogados do
37 Brasil, lavrei a presente ata que na sessão seguinte será lida, discutida e votada pelos presentes.

38
39
40 **Dr. Walter Ohofugi Junior**
41 Presidente

42
43 **Dr. Célio Henrique Magalhães Rocha**
44 Secretário-Geral

45
46 **Dr. Graziela Tavares de Souza Reis**
47 Secretária-Geral Adjunta